REQUERIMENTO Nº /2009
(Do Sr. João Dado)

*Requer a revisão do despacho
aposto ao PL nº 3.734/2003, do
Sr. Ribamar Aves.*

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 139, inciso II, alínea 'b', do Regimento Interno, a revisão do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 3.734, de 2008, de autoria do Dep. Ribamar Alves, que “Altera a lei n.º 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas”, no sentido de que a proposta seja distribuída à Comissão de Finanças e Tributação para o exame da adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, conforme o disposto no art. 32, inciso X, alínea 'h' do RICD.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei em epígrafe fixa o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), bem como o valor da hora de trabalho em R\$ 31,81 (trinta e um reais e oitenta e um centavos), com reajustes anuais pelo mesmo índice de correção do salário mínimo. Conforme despacho inicial, o mesmo foi distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Cabe ressaltar, no entanto, que o presente projeto de lei fixa o salário mínimo dos médicos com a relação de emprego, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado – perfil em que se enquadram igualmente as fundações, empresas públicas e de economia mista. Assim, a remuneração, no caso dos profissionais de saúde do setor público, constitui despesa orçamentária de custeio, motivo pelo qual entende-se ser obrigatória a observância dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) no que diz respeito à geração de despesa de caráter continuado, tendo em vista os seguintes preceitos:

Lei de Responsabilidade Fiscal

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (...)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Infere-se, portanto, que, diante das exigências dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal mencionados, e o conteúdo do referido projeto de lei, faz-se necessário o exame dos aspectos financeiros e orçamentários públicos, uma vez que há impacto nas despesas públicas.

Ademais, observa-se que o presente projeto de lei ao causar impacto sobre os gastos correntes de empresas estatais que têm, em suas estruturas de cargos e salários, profissionais contratados para as carreiras de médico, é omissa quanto à origem dos recursos para atender a essas novas despesas.

Diante dos fatos, e em conformidade com os dispositivos regimentais, fica caracterizada a relevância da tramitação do referido projeto nessa Comissão que tem entre suas atribuições o exame de matérias de caráter financeiro e que acarretam impacto no orçamento público.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 2009.

JOÃO DADO
Deputado Federal
PDT/SP